



“O amigo incondicional de todos os governos”: a trajetória de João Lage em *O Paiz* nos primeiros anos da República¹

CASTILHO, Marcio de Souza (doutor)²
Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro

Resumo: O artigo tem o objetivo de examinar a trajetória do português João de Souza Lage, diretor-proprietário do jornal *O Paiz* (1903-1925), que manteve estreitas relações com o poder político nas duas primeiras décadas do século XX no Brasil. Ao mesmo tempo, entender os significados simbólicos nas disputas travadas no campo discursivo com o jornalista Edmundo Bittencourt, do *Correio da Manhã*. Buscamos identificar essas relações no contexto de transformações na sociedade brasileira após a Proclamação da República, quando a linguagem impressa adquire novas funções e o jornalista assume papel preponderante como intermediário privilegiado entre o público e os acontecimentos. Ao lado de outros jornais, *O Paiz*, sob o comando de João Lage, contribuiu para o primeiro momento de desenvolvimento da imprensa brasileira ao levar para as suas páginas as mudanças industriais por que passaria a sociedade no início do século XX.

Palavras-chave: Jornalismo; Identidade; Memória; Poder

Introdução

Jornal “independente, político, literário e noticioso”, *O Paiz* foi fundado em 1º de outubro de 1884 na cidade do Rio de Janeiro. Surgiu em uma casa construída ao lado do antigo prédio do *Jornal do Commercio*, localizado na tradicional rua da imprensa no fim do século – a Rua do Ouvidor, no Centro da cidade. A casa número 63 pertencia ao comerciante João José dos Reis Júnior, o conde São Salvador de Matosinhos, que procurou fazer de *O Paiz* um jornal moderno, bem redigido e aparelhado. Em dezembro do mesmo ano, o jornal, com uma tiragem de 19 mil exemplares, custava 40 reis e assinatura anual de 20 mil reis.

A fundação do diário teve como mentor intelectual Quintino Bocaiúva, o “príncipe da imprensa brasileira”, e Rui Barbosa como primeiro redator-chefe³. O

1 Trabalho apresentado no GT de História do Jornalismo, integrante do 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013.

2 Professor adjunto do curso de Jornalismo do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: castilhorio@terra.com.br

³ O editorial de lançamento de *O Paiz* foi escrito por Rui Barbosa, que anos mais tarde se tornaria adversário político de João Lage.

lançamento coincide com uma vitória do movimento abolicionista: a Província do Ceará havia extinguido o cativeiro em seu território, graças à mobilização das camadas populares. No Rio, a repercussão do fato fez com que se multiplicassem os órgãos de comunicação em busca de uma causa libertadora.

Com a assinatura da Lei Áurea e a libertação dos escravos, grande parte dos jornais se voltaria para a defesa do regime republicano. *O Paiz*, que contava com a colaboração de Joaquim Nabuco, a *Gazeta de Notícias* e o *Diário de Notícias* tiveram papel importante na luta contra a monarquia.

Jornalistas, incorporados ao centro do poder, faziam da escrita trampolim para a ascensão política. Quintino Bocaiúva, considerado a figura mais importante da imprensa republicana, afasta-se de *O Paiz* para assumir um ministério que o Governo Provisório organizaria, sob o comando do Marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891). Como Bocaiúva, outros conhecidos jornalistas, entre eles Rui Barbosa e Salvador de Mendonça, ocupariam também funções políticas eminentes. Finalmente, depois de quase seis anos como proprietário de *O Paiz* desde a sua fundação, o conde de Matosinhos também deixa o jornal por motivos políticos⁴.

Em 21 de outubro de 1891 é constituída a Sociedade Anônima *O Paiz*, com capital social de 4.000:000\$000 (quatro mil contos de reis), tendo seus estatutos publicados no Diário Oficial de 18 de dezembro de 1891. O maior acionista passa a ser Pedro de Almeida Godinho. O conteúdo editorial do periódico, no entanto, se mantém, privilegiando artigos de cunho opinativo. Em quatro páginas, com poucos recursos gráficos, publicavam na capa as seções Resenha Diária, Telegramas, Noticiários e Avisos; na página dois, Província do Rio, Tribunas, Informações, Interior, Poesias, Teatro, Memorial, Seção Livre e Declarações; na três, Seção Comercial, Importação, movimento dos Portos e anúncios; e, finalmente, a página 4 era toda ocupada por anúncios.

Nesse período, o diário teve como redator-chefe Eduardo Salamonde, jornalista veterano de *O Paiz* desde os tempos do casarão do conde de Matosinhos na Rua do Ouvidor, e Antônio Leitão. Entre os colaboradores, destacaram-se, nesta primeira fase, Joaquim Serra, Arthur Azevedo, Sebastião de Pinho, Zeferino Cândido, Vitor Godinho, Urbano Duarte, Corina Coaracy, França Júnior e Pinheiro Chagas (correspondente em

⁴ Outros jornalistas também exerceram cargos políticos. Podemos citar Rodrigo Otavio e Feliciano José Neves Gonzaga, redatores do Jornal do Commercio, respectivamente, chefe da Casa Civil e oficial de Gabinete da Presidência na gestão de Prudente de Moraes (1894-1898), além de Rui Barbosa como senador da República.

Portugal), além de Joaquim Nabuco e João Lage. Essa fase do jornal vai até 1899, definida pelo próprio periódico como a de “primitiva feição do jornal”.

Sob a pena de João Lage

João de Souza Lage nasceu na cidade do Porto a 31 de agosto de 1875. São muitas as versões apresentadas sobre o motivo da vinda do português ao país por volta de 1895. A cidade portuguesa vivia em clima de tensão, com a deflagração de uma greve geral assumida pelo Movimento Revolucionário de 31 de Janeiro de 1891⁵. O irmão mais velho de João Lage, Eduardo de Souza, ingressara no movimento estudantil quando cursava Medicina e era simpatizante das ideias republicanas. Foi preso e levado a julgamento pelos tribunais militares do Porto. Para fugir da repressão em Portugal, Eduardo veio com o irmão para o Brasil. Ficou aqui pouco tempo, aguardando a anistia para os implicados na revolta. Com a distensão do regime, Eduardo, já formado em Medicina, voltou para Portugal para fazer carreira no Jornalismo e principalmente na política. Lage permaneceu no Brasil

João Lage havia abandonado a Universidade de Coimbra, onde cursara até o terceiro ano de Direito. Logo que desembarcou, dedicou-se ao comércio em São Paulo. Pouco tempo depois, o *Diário de Notícias*, antigo vespertino de São Paulo, publicava alguns de seus trabalhos literários. No Rio, chegou a trabalhar como gerente do Velódromo Nacional, tradicional casa de jogo que funcionava na Rua do Lavradio, próximo à Rua do Riachuelo, na Lapa.

No Jornalismo, assumiu a chefia de redação da efêmera revista *Novidade*, de propriedade de Barão de Mesquita. Pouco tempo depois, colaborou para a publicação *A Bruxa* – uma revista humorística ilustrada, fundada por ele, Olavo Bilac e Julião Machado.

Foi Félix Bocayuva, então redator de *O Paiz*, quem lhe arranhou um emprego na administração da folha. Estreou como jornalista no periódico escrevendo, sem pseudônimo, artigos sobre atualidades e assuntos econômicos e comerciais.

Em seus primeiros anos como jornalista, João Lage passou também a ter uma seção permanente na segunda página de *O Paiz*, intitulada “Conceitos de Simão de Mantua” e, posteriormente, o *suelto* “Três estrelinhas”, um breve comentário sobre o acontecimento do dia. Sobre esta coluna, o periódico atribuía ao português Lage “um

⁵ O objetivo do movimento era a implantação do regime republicano em Portugal. A revolta se concentrou na cidade do Porto.

espírito risonho sobre as ideias boas ou más da época, os projetos políticos, as fraquezas ou as originalidades dos homens, os aspectos da vida, com os seus grotescos, as suas extravagâncias, as suas pertinazes ilusões”⁶.

“Houve na roda intelectual do Rio um movimento geral de curiosidade, tão estranho, tão novo, tão leve, tão sutilmente irônico era esse articulista que aparecera sem anúncio, como quem a medo faz uma estreia e logo dominara o público pela franqueza, pela graça, pelo tom deliciosamente espiritual das suas observações”⁷

Lage proprietário

Em 25 de abril de 1902, uma assembleia geral que deliberava sobre o projeto de reorganização da Sociedade Anônima *O Paiz* elegeu os membros da nova diretoria: Pedro de Almeida Godinho, acionista majoritário, tornou-se o presidente, tendo como diretor e chefe de redação, Eduardo Salamonde, e diretor-gerente, João Lage. Quintino Bocaiúva era o presidente honorário.

Lage, ao ocupar cargo de chefia, dividia o seu tempo no jornal entre a redação e a administração do periódico. Era o homem de confiança de Almeida Godinho, tanto que, durante as viagens do acionista ao exterior, ocupava interinamente a Presidência da folha. Ele sabia que o diário idealizado por Quintino Bocaiúva nunca gozara de uma situação financeira plenamente favorável.

Em abril de 1903, Almeida Godinho embarcou para a Europa e deixou o diretor-gerente como seu procurador, concedendo-lhe amplos poderes. Em junho de 1904, Almeida Godinho antecipou o retorno ao país, pois verificara que o seu procurador o desfalcara em 1.250 contos de reis em apólices, dinheiro e títulos da Sociedade Anônima *O Paiz*.

Em resposta, o português lhe pediu um prazo de uma semana para restituir integralmente a dívida. João Lage não apenas pagou o que devia como conseguiu angariar recursos para comprar a Sociedade e financiar a construção de uma nova sede na Avenida Rio Branco. O controle acionário da empresa seria dividido entre ele e a família Sampaio, representada, num primeiro momento, pelo banqueiro Franklin Sampaio e, após a sua morte, por seu tio José Ferreira Sampaio.

Em tom caricatural, Lima Barreto descreveu uma biografia de João Lage num pequeno romance intitulado “Numa e a ninfa” em que o dirigente português aparece com o nome fictício do jornalista Fuas Bandeira:

⁶ O Paiz, 31 ago 1910

⁷ Idem

“Voltando precipitadamente o proprietário, que fora prevenido do desvio dos seus bens, levado a efeito pelo seu procurador infiel, reclamou imediatamente a restituição dos haveres, sob pena de queixar-se à polícia. Fias foi ter com o chefe de Estado que ordenou ao Tesouro fornecer-lhe os fundos necessários. Daí em diante, a sua fortuna estava feita e os seus processos de foliculário firmemente estabelecidos. Nunca mais lhe faltou dinheiro e muito sempre obteve, por este ou aquele meio escuso e cínico. (...) Fazia uma vida brilhante: gastava, jogava, presenteava, mas a sua generosidade era sempre interesseira. (...) Conhecia todos os poderosos, os que se faziam poderosos, os que se iam fazer e prometiam sê-lo, e a nenhum se acanhava de pedir isto ou aquilo. À proporção que subiam, subiam os seus pedidos; e, dessa forma, quando no fastígio, podia pedir-lhes o que quisesse” (Barreto, apud Sodré, 1999, p. 333/334)

Os jornais como formadores de opinião

Os primeiros anos do século XX marcaram uma profunda transformação urbana na capital do país, moldada em padrões europeus. A construção de novos prédios, a abertura de avenidas e demais realizações empreendidas pelo prefeito do Rio Pereira Passos entre 1902-1906, acompanhadas pelo desenvolvimento dos correios e da malha ferroviária e pelo incremento populacional em decorrência da libertação de escravos e da imigração contribuíram para a instauração de um novo cenário que não lembrava em nada o atraso colonial.

Muito da credibilidade dos jornais se relaciona com a nova temporalidade em que estavam inseridos os indivíduos na sociedade. O telégrafo e as novas tecnologias de impressão permitiam maior tiragem, qualidade e rapidez na produção e distribuição noticiosa. Registra-se uma demanda por informação cada vez mais rápida sobre os acontecimentos no Brasil e no mundo. Diante da velocidade que a modernidade imprime e a perda de referência sobre uma realidade a qual os indivíduos não podem presenciar, os jornalistas acabam por preencher esse papel. Criam vínculo e obtêm a confiança do público exatamente por atuar como narradores privilegiados dos fatos. A informação circula através do jornalismo. Estes profissionais refazem assim a ligação dos indivíduos com a sociedade. Constroem uma identidade, na qual sobressai o seu papel de formador de opiniões (Barbosa, 2000).

A capital da República, imbuída de aspirações modernizantes, era fonte permanente de informações e centro das discussões políticas, fornecendo cenário ideal para o desenvolvimento da imprensa. Cada vez mais, expressar opiniões, formular conceitos, unificar o discurso dominante, gerar o consenso, difundir informação significava, de fato, possuir poder. Importa considerar a importância da palavra escrita, que adquiria naquele contexto um valor de verdade.

Os jornais do Rio de Janeiro passam por diversas mudanças administrativas e

redacionais. Durante esse período, ganhavam destaque cinco grandes diários na cidade, dos quais o *Jornal do Brasil* e o recém-criado *Correio da Manhã* eram os mais expressivos. Completavam o quadro a *Gazeta de Notícias*, marcadamente literário, o *Jornal do Commercio* e *O Paiz*, ambos dividindo as maiores benesses oficiais. O último, contudo, foi o que introduziu com mais lentidão avanços em termos editoriais entre os periódicos citados.

As reformas em *O Paiz*

Compreendendo o plano de transformação por que passaria a metrópole brasileira, João de Souza Lage empreendeu, em 1906, a nova instalação de *O Paiz*. Até então, o periódico era, entre os grandes jornais do Rio de Janeiro, o que acompanhava com menos intensidade a revolução processada no jornalismo carioca na virada do século XIX para o XX. Com poucos recursos gráficos, a primeira foto seria publicada em *O Paiz* com alguns anos de atraso em comparação ao *Correio da Manhã* e ao *Jornal do Brasil*⁸.

A construção da nova sede na Avenida Rio Branco, 128-132, à esquina da Rua Sete de Setembro, constitui-se num marco para a folha republicana e para a imprensa em todo o país. A velha casa na Rua do Ouvidor, 63, não existia mais. O periódico fundado pelo conde de Matosinhos foi o primeiro jornal a instalar-se na principal avenida da capital brasileira. Gilberto Amado, que trabalhou no jornal a partir de 1909, período de mais ascensão do matutino, descreveu que a redação “compunha-se de uma grande sala retangular no primeiro andar, na qual de dispunham paralelamente mesas, uma para cada redator, umas dez, todas lustrosas, novas” (Amado, apud Sodré, 1999, p. 332).

João Lage conferiu ao seu jornal “novo aspecto, introduzindo na sua fatura melhoramentos que despertaram em todo o jornalismo a ansiedade de modificações materiais e técnicas”⁹. O matutino passou a publicar amplas charges em primeira página. Concomitantemente, o português reformulou a linha editorial de *O Paiz*, imprimindo ao diário uma orientação conservadora, que lhe assegurou o aplauso dos mais notáveis quadros republicanos. Ao lado de Edmundo Bittencourt, do *Correio da Manhã*, Fernando Mendes de Almeida, do *Jornal do Brasil*, Ferreira de Araújo, da

⁸ A primeira foto de *O Paiz* foi publicada em 11 de janeiro de 1910. Ilustrava uma matéria na página 6 sobre a primeira viagem do aeroplano.

⁹ *O Paiz*, 07 jun 1911.

Gazeta de Notícias, e José Carlos Rodrigues, do *Jornal do Commercio*, Laje contribuiu para criar as condições para o desenvolvimento da imprensa como um empreendimento comercial.

Em 1900, o número avulso do diário já custava 100 reis e a venda de assinaturas passava a ser também semestral, no valor de 19 mil reis. A assinatura anual era de 30 mil reis. Já o valor do espaço para os pequenos anúncios custava 150 reis. As cifras igualam ou mesmo superam as registradas por seus concorrentes diretos – *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Commercio* –, mesmo sendo *O Paiz* o jornal de menor circulação entre os cinco periódicos. Como são desconhecidas as informações sobre a tiragem diária de *O Paiz*, pode-se estabelecer uma média de 15 a 20 mil exemplares no período (Barbosa, 2000).

Apesar de ter sido na fase de 1888 a 1895 que o então diretor Manoel Cotta fez inscrever no cabeçalho do jornal “Órgão de maior circulação na América do Sul”, *O Paiz* deve à administração de Lage o seu momento de mais intensa popularidade, fomentada, entre outros fatores, pelas desavenças tornadas públicas com o seu concorrente e adversário no campo político, Edmundo Bittencourt, que fundou em 1901 o *Correio da Manhã*.

Lage x Bittencourt

A vinculação dos donos de jornais com grupos políticos sempre exerceu forte influência no noticiário. Apesar da força do capital comercial, os jornais dependiam, sobretudo, das benesses oficiais, dos empréstimos e privilégios públicos. Em troca, os diários se convertiam em “porta-vozes do poder público” (Barbosa, 2000, p. 148). Não propriamente de um mesmo grupo político.

As relações da imprensa com o governo nos primeiros anos do século XX apresentavam, de um lado, o “ferrenho oposicionismo” do *Correio de Manhã* e, do outro, o “extremo servilismo” de *O Paiz* (Sodré, 1999, p. 278). Desde que assume o controle da Sociedade, João Lage passa a ter acesso aos cofres do Tesouro. Bittencourt inicia então uma série de acusações que se arrastariam por quase 15 anos.

Os dois jornais reafirmavam sua posição ideológica usando como recurso narrativo a polêmica e o confronto. Lage e Bittencourt aproveitavam o espaço dos editoriais para expor desavenças pessoais e combater seus adversários. Interessante notar que as discussões não ocorriam em torno da política, mas sobre fatos políticos.

Logo, as questões eram pessoais, giravam em torno de interesses momentâneos ou recaiam sobre atos e decisões dos indivíduos que protagonizavam o fato político.

“Venha cá. Escute. Você não tem razão para me descompor. Eu estava quieto. Foi você quem começou. (...) Eu não dava importância as suas descomposturas porque para você aquilo era um meio de ganhar a vida. (...) Diz você, por exemplo, que eu lhe tenho ódio; que eu o invejo. Pelo amor de Deus, Lage! ... ódio. Por quê? Se você nunca me fez mal, agravo ou injúria de que eu pudesse guardar ressentimento? Ao contrário, já disse e repito: você é um homem necessário a este país. Graças a você a gente fica sabendo a espécie de patifes que são os srs. Rodrigues Alves e Nilo Peçanha...”¹⁰

Apesar do caráter pessoal da narrativa, os diários acabavam por assumir como suas as causas do grupo ao qual estavam vinculados. Através desses embates, os dirigentes continuavam participando efetivamente do poder. Ao mesmo tempo, os proprietários de jornais, ao ocupar um lugar intermediário entre o público e os fatos políticos, estavam voltados para um público consumidor emergente. Por isso, polemizavam.

As polêmicas, acusações e críticas eram apresentadas em séries, diariamente, objetivando capturar a atenção do leitor. A virulência na linguagem dos periódicos no início do século XX remonta à época dos jornais que circulavam no Rio de Janeiro durante os primeiros tempos de Regência¹¹.

“O Paiz, jornal mercenário, de propriedade e direção de João Lage, gatuno conhecido, expulso de Portugal, sua terra, por estelionato, e repudiado pela honrada colônia portuguesa, tem feito repetidos ataques ao Correio da Manhã, reproduzindo opiniões, deste emitidas outrora, contra o senador Rui Barbosa, hoje o vulto sagrado pela admiração e pelo respeito do Brasil inteiro. Quem encomenda e paga as descomposturas e transcrições de O Paiz são duas criaturas repugnantes, que merecem chicote na cara deslavada, por estarem a roubar os dinheiros públicos para meter no bolso de um ignóbil safardana, corrido da própria pátria. (...) Essas duas criaturas, cujos nomes estão, para todo o sempre, marcados de ignomínia são o moleque Nilo Peçanha e o judas Wenceslau (Wenceslau Braz)” (grifos nossos)¹²

Lage participou diretamente de questões nacionais que marcaram o início da República. Atuava para si e também para terceiros, desde que deles pudesse tirar algum proveito, direta ou indiretamente. Para o jornalista português, mais do que receber dinheiro, o que interessava era “receber negócios que proporcionam dinheiro – negócios

¹⁰ “Réus sacra miser”. Correio da Manhã, 06 abr 1910, p. 1

¹¹ Surgido pelos idos de 1832, *O Ladrão* combatia especialmente Evaristo da Veiga, redator de *Aurora Fluminense*. Vivia-se em um clima desenfreado de ódio e descontentamento. Os disparates beiravam a irracionalidade. Frequentemente viam-se manchetes como os dizeres exclamativos: “Bandalhos!”, “patifes!”, “Ladrões!”, “Assassinos!” e “Incestuosos”. O leitor já se habituara com as adjetivações, que banalizavam a linguagem do próprio jornalismo (Fonseca, 1941).

¹² “Ao moleque Nilo e ao Judas Wenceslau”. Correio da Manhã, 10 mar 1910

de Estado” (Sodré, 1999, p. 278).

Durante o governo Nilo Peçanha (1909-1910) foi aberta licitação para construção do dique da Ilha das Cobras, avaliada em mais de 13 mil contos de reis. Participaram da concorrência a *John Jackson*, a *Walker e Cia* e a Companhia *Societé Franco Brésiliense*, fundada por Mounsieur Turot, conselheiro municipal de Paris no Rio. Três cláusulas constavam no edital: idoneidade da proposta, prazo para construção e preço. A *John Jackson* levou vantagem nos dois primeiros itens, enquanto a *Societé* apresentou o menor preço. Porém, numa leitura mais atenta da proposta apresentada pela empresa do conselheiro Turot, verificou-se que naquele valor estipulado não estavam compreendidos o preparo do terreno e a fundação, previstos no edital. Além disso, a *Societé*, que tinha como objetivo “estudar e recomendar negócios”, não seria idônea, pois detinha uma capital de apenas 94 contos, segundo denúncias do *Correio da Manhã*. Ainda assim, saiu vencedora da licitação.

Para Edmundo Bittencourt, o presidente Nilo Peçanha, sob a influência de Lage, teria interferido pessoalmente nas negociações. Segundo o *Correio da Manhã*, o jornalista português teria recebido uma comissão de 400 contos de reis, através de nota promissória, de Monsier Turot. Em artigo carregado de ironia, intitulado “Mea Culpa”, Bittencourt escreve em tom de uma suposta autocrítica:

“Você tem razão – carradas de razão! – eu sou uma besta, um caluniador, um intruso intolerável, que deve, quanto antes, ser expulso desta terra, mais sua do que minha. Você, Lage, que é um patriota, um benemérito, um tipo de virtudes não comuns. De homens como você é que este país precisa para viver numa ordem de patriótica decência. (...) Você é uma grande vítima. Sinceramente, de homens como você é que o Brasil precisa. (...) Depois deste meu ato público de contrição e humildade, penso também como você: entre nós dois, não há mais nada a discutir. Você esmagou-me”¹³

Outro episódio controverso ocorreu durante o incêndio da sede de O Paiz, na Avenida Rio Branco, em 5 de agosto de 1917. Os jornais de oposição encaravam o fato como mis uma manobra do “gatuno” para embolsar o dinheiro do seguro. A empresa *O Paiz*, incluindo o edifício, oficinas tipográficas, móveis e utensílios, estava segurada em oito companhias pela quantia total de 500 contos de reis. Os prejuízos estavam avaliados, segundo Lage, em mais de mil contos. O cálculo baseava-se no valor do terreno e construção do prédio, estimado em mais de 700 contos, além de 600 contos em bens do jornal. Bittencourt permanecia acusando, contudo, que o incêndio fora proposital.

¹³ Correio da Manhã, 18 mar 1910, p. 1

“Ao chegar ao local do sinistro o ministro da Justiça, dele se aproximou um cavalheiro, funcionário de categoria dos correios e cujo nome não nos foi dado saber, por não nos ter sido fornecido pela autoridade policial. O referido senhor declarou que o incêndio naquele matutino tinha sido proposital. (...) A hora em que redigimos esta notícia, o diretor do matutino sinistrado ainda não tinha sido convidado pela polícia para prestar declarações”¹⁴

Desde 1915, *O Paiz* atravessava, de fato, um período de grave crise financeira. O aumento do preço do papel e a diminuição geral da receita quase provocaram a falência do jornal. Naquele ano fecharam o balanço com o prejuízo de 326:485\$474. Com o incêndio, a empresa acumulou uma dívida de 590:685\$029. Apesar da caótica situação financeira por que passava o matutino, João Lage defendia-se das acusações, atribuindo o acidente a uma casualidade.

“Confesso a minha imprevidência, não fazendo um seguro que pusesse a empresa a coberto dos enormes prejuízos que ela vai sofrer. (...) A desproporção entre a importância dos prejuízos derivados do incêndio e a quantia segurada torna evidente a casualidade da desgraça que tão cruelmente me acabrunha neste momento, o que me obriga de balbuciar sequer uma palavra de defesa a pérfida e caluniosa insinuação de um jornal infame, de ter sido o fogo proposital. (...) Aos miseráveis que continuam a honrar-me com a ferocidade implacável do seu ódio, não lhes peço compaixão, nem me abato diante deles, em presença do desastre de que acabo de ser vítima”¹⁵

“Bittencourt calado, Lage morria”

Foram sete anos de insucessos gerenciais e tentativas frustradas de recuperação econômica. Entre 1917 e 1924, *O Paiz* vivia de tentar soerguer-se financeiramente, depois de incalculáveis prejuízos em cada fechamento de exercício.

Em 1924, o presidente da República Artur Bernardes (1922-1926) governa exercendo o seu pleno poder de polícia num país sob estado de sítio. Não criara, contudo, essa situação: herdara-a do governo de Epitácio Pessoa, com a inconformidade política dos derrotados e a desconfiança das classes armadas. Manifestações militares eclodiam em todo o país, encabeçadas pela marcha de Luís Carlos Prestes, conhecida como Coluna Prestes¹⁶. O objetivo era derrubar a república oligárquica.

¹⁴ Correio da Manhã, 06 ago 1917, p. 3

¹⁵ *O Paiz*, 07 ago 1917

¹⁶ O movimento surgiu da insatisfação, ainda em 1924, de militares e lideranças de diferentes correntes políticas com a República Velha. A marcha percorreu 25 mil quilômetros pelo interior do Brasil sob o comando de Luís Carlos Prestes e Miguel Costa em defesa de reformas políticas e sociais. A Coluna combateu as tropas leais aos presidentes Artur Bernardes e Washington Luís (1926-1930), além de forças policiais dos estados. Sem conseguir o apoio da população e diante das condições precárias para prosseguir os combates, os revolucionários decidiram exilar-se na Bolívia no início de 1927. Apesar da tentativa frustrada de instaurar um novo regime no país, o movimento teve papel importante na conscientização da sociedade sobre os problemas do poder oligárquico da República Velha.

Com a imprensa amordaçada, a inquietação artística também prosseguia contundente, preconizada pela Semana de Arte Moderna de 1922¹⁷. Posições favoráveis ao Governo repercutiam mal junto ao público. A imprensa situacionista, da qual fazia parte o diário de João Lage, estava isolada. Essa é uma das versões do jornalista Gilberto Amado para o revés do jornalista português.

“O certo é que *O Paiz* estava morto. Mas não porque sua colaboração literária tivesse baixado de qualidade ou porque o seu noticiário já não fosse tão bem arranjado. O Paiz morrerá ... e quem o matou foi o estado de sítio. (...) Com os adversários cancelados da vida cívica, na cadeia, de boca tapada pela censura, não tendo a quem responder, não há órgão defensor de situação que se possa aguentar” (Amado, apud Sodré, 1999, p. 364)

Nesse raciocínio, Edmundo Bittencourt, impedido pelo governo vigente de colocar nas bancas seu jornal, entre 31 de agosto de 1924 e 20 de maio de 1925, foi apontado pelo autor como um dos responsáveis diretos pela derrocada de *O Paiz*:

“O Paiz não morreu de morte morrida, mas de morte matada, estrangulado pelas mãos sufocantes do capangão constitucional do quadriênio. (...) O carioca mesmo hostil à situação gostava de correr os olhos n’*O Paiz* para ver até onde ia o português. A diatribe, o insulto de Edmundo Bittencourt dava leitor a Lage. Bittencourt calado, Lage morria. E morreu. Devemos ao Bernardes essa perda” (idem).

Somava-se a isso o fato de João Lage estar doente. Nesse período, Lage afastara-se pouco a pouco dos trabalhos de redação e, embora se conservasse à frente da diretoria, confiara a Alves de Souza, seu redator-chefe havia longo tempo, a orientação do jornal, no qual intervinha raras vezes. Dividia o tempo ora repousando em Petrópolis ora viajando à Europa em tentativas frustradas de cura.

Em 25 de junho de 1925, após passar mal em sua casa na Rua Voluntários da Pátria 75, em Botafogo, seu médico particular, Cardoso Fontes, diagnosticou a formação de coágulos que impediam a circulação do sangue na região do cérebro. Às 10h30 de 29 de junho daquele ano, na redação do jornal, morria Lage, aos 52 anos¹⁸, acometido por uma embolia cerebral.

O jornal, sob a direção de Alves de Souza, que já assumira interinamente o cargo por ocasião da doença de Lage, defendeu a candidatura situacionista de Júlio Prestes

¹⁷ Realizada em fevereiro de 1922 no Teatro Municipal de São Paulo. Teve a participação de escritores, pintores, músicos e outros artistas, como Mario e Oswald de Andrade, Anita Malfati, Di Cavalcanti, Villa-Lobos e Sérgio Buarque de Holanda, que propunham novos modos de ver o Brasil a partir do instrumental estilístico e estético das vanguardas artísticas europeias. A corrente mais crítica do movimento buscava desconstruir o ufanismo do Brasil oficial, denunciando o atraso e a miséria em todos os campos da vida social.

¹⁸ São desconstruídas as informações sobre a idade de João Lage. Para a *Gazeta de Notícias*, Lage morreu aos 52 anos. O *Jornal do Commercio*, *O Estado* e *O Diário de Minas* divulgaram que o dirigente havia morrido aos 55 anos.

durante a campanha presidencial em 1930. De outro lado, a maioria esmagadora adere à Aliança Liberal, agrupando as forças de oposição em torno do nome de Getúlio Vargas. As eleições realizadas em 1º de março de 1930 confirmaram o nome de Júlio Prestes, candidato do Catete, mas políticos oposicionistas não tiveram sua eleição reconhecida na Câmara, o que motivou a Revolução de 1930. No dia 24 de outubro daquele ano, o presidente Washington Luís (1926-1930) foi deposto. Em 3 de novembro de 1930, Getúlio Vargas recebia o poder como chefe do Governo Provisório da República¹⁹.

Ferrenho adversário da Aliança Liberal, *O Paiz* foi empastelado e a sede, incendiada por uma multidão que saiu às ruas logo após a derrubada de Washington Luís. No mesmo ano, as rotativas do jornal foram arrematadas em leilão pelo *Diário da Tarde*, de Assis Chateaubriand, por 110 contos de reis (Morais, 1994, p. 260). O chamado regime oligárquico estava superado. O jornal de Lage também. A última edição de *O Paiz* circulou em 18 de novembro de 1934, sob a direção de Alfredo Neves.

Conclusão

Sem formação superior, o diretor-proprietário de *O Paiz* carregava uma trajetória incomum se comparada à biografia dos donos de veículos de comunicação no início do século. Não possuía títulos ou relações de família. Compartilhamos a ideia de que Lage, a despeito de não deter capital simbólico no momento em que assume a direção de *O Paiz*, tornou-se uma pessoa temida e respeitada ao levar para *O Paiz* as modificações industriais por que passaria a sociedade no início do século.

Lage foi um articulista por excelência, símbolo da combatividade reacionária e conservadora nos anos que se seguiram à Proclamação da República. Não tinha o faro da reportagem ou a intuição vibrante do repórter, mas foi um dos mais polemistas da imprensa brasileira nas duas primeiras décadas do século XX na imprensa brasileira. Desviava as ofensas dando-lhes rumo de volta ao ofensor com ironia e sarcasmo.

Ao medir forças com Edmundo Bittencourt em embates brutais, não saiu vencido ou vencedor. O que se buscava ali era uma luta de e pelo poder, mediada pelas páginas dos jornais. A esse respeito, compartilhamos a visão de Barbosa sobre as motivações que levavam algumas empresas jornalísticas a travarem duelos públicos no noticiário. Informa a autora que o embate ocorria “entre indivíduos situados em campos

¹⁹ Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil/ Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/ FGV). <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/Revolucao30>. Acessado em 18/04/2013

idênticos” e tinha como marca “o exagero retórico e teatral das diferenças e oposições” (2000, p. 168). Assim permaneciam participando do jogo político, ampliando, ao mesmo tempo, sua audiência junto ao círculo de leitores.

Referências bibliográficas

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Ática, 1989.

BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio. Imprensa, Poder e Público (1880-1920)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

_____. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FAUSTO, Boris (org). *Brasil Republicano – Sociedade política 1900-1930*. São Paulo: Difel, 1986.

FONSECA, Godin da. *Biografia do jornalismo carioca (1808-1908)*. Rio de Janeiro: Quaresma, 1941.

MORAIS, Fernando. *Chato – O rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

Jornais analisados

O Paiz – Edições de janeiro e agosto de 1910; junho de 1911 e agosto de 1917 (consulta de material microfilmado disponível na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro)

Correio da Manhã – Edições de março e abril de 1910 e agosto de 1917 (consulta de material microfilmado disponível na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro)